



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Trabalho, questão social e serviço social.

## OS DETERMINANTES DE UMA VIVÊNCIA NAS RUAS: REFLEXÕES NECESSÁRIAS

Maria Alexandra Sabino da Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo identificar/conhecer os determinantes de uma vivência nas ruas com a população em situação de rua no município de Mossoró (RN). Entende-se, a partir das reflexões trazidas, que na dinâmica das ruas e as representações sociais atribuídas reforçam processos de preconceitos e discriminações, contribuindo para uma representação negativa desses sujeitos na sociedade. Verificou-se, ainda, os limites do acesso às políticas sociais públicas. Por isso, as estratégias de enfrentamento do fenômeno requerem maior visibilidade pelo Estado por meio de políticas sociais públicas que, ao atuarem em conjunto, propiciem possibilidades de saída das ruas.

**Palavras-chave:** População em situação de rua; Exclusão social; Políticas Sociais.

**Abstract:** The present work aims to identify/know the determinants of life experiences with ins the homeless population in the municipality of Mossoró (RN). It is concluded from the reflections brought, that in the streets' dynamics, the social representations attributed reinforce processes of prejudices and discriminations, contributing to a negative reputation of these group within the society. Also, the limits of access to public social policies are verified. Therefore, strategies for coping with the phenomenon require greater visibility by the State through public social policies that jointly can provide possibilities for the exit of the streets.

**Keywords:** Homeless population; Social exclusion; Social Policies.

### 1. INTRODUÇÃO

As origens do fenômeno população em situação de rua remontam ao surgimento das sociedades pré-industriais na Europa, no contexto da chamada “acumulação primitiva” (MARX, 1996). Nesse contexto, ocorreu a desapropriação e expulsão dos camponeses de suas terras, fazendo com que eles migrassem para as cidades em busca de melhores condições de vida. Entretanto, uma grande parcela dessa população não foi absorvida pelas indústrias, fazendo surgir o chamado exército industrial de reserva. Essa parcela da população, destituída da possibilidade de subsistência, compõe um segmento que, sem ter opções de trabalho e renda, passa a fazer das ruas seu local de moradia e sobrevivência.

No contexto da expansão e consolidação do capitalismo, surgem também os processos de exclusão e de agravamento das desigualdades sociais resultantes das relações capitalistas fundadas sob o eixo capital/trabalho. A população em situação de rua,

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, E-mail: alexsandrasilva88@gmail.com

resultante de um sistema de produção baseado na exploração do trabalho, na concentração de renda e, conseqüentemente, nas desigualdades sociais, tem, na sua composição, uma conjugação de condições que permitem caracterizá-lo como um grupo populacional heterogêneo, mas que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia regular (SILVA, 2009).

Registra-se que estamos diante de um fenômeno sócio-histórico complexo e multifacetado, no entanto, no Brasil, somente na década de 1990 desenvolveram-se pesquisas sobre o fenômeno, resultando em uma maior atuação governamental para o enfrentamento dessa expressão da questão social.

Considera-se de suma relevância o desenvolvimento de pesquisas e iniciativas que proporcionem uma maior visibilidade e que busquem superar os processos de violações de direitos a que este segmento vem cotidianamente sofrendo nos espaços das ruas.

Diante dessas considerações, pretende-se, com a elaboração deste trabalho, contribuir para uma maior visibilização do fenômeno social. Para isso, far-se-á uma exposição e análise das falas desses sujeitos<sup>2</sup> sobre os determinantes de uma vivência nas ruas, suas estratégias de sobrevivência, as dificuldades que envolvem o cotidiano de quem utiliza os espaços das ruas para moradia ou sobrevivência e o acesso às políticas sociais, especificamente no município de Mossoró-RN.

## **2. OS DETERMINANTES DE UMA VIVÊNCIA NA RUA, NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ (RN)**

O fenômeno população em situação de rua tem sua gênese histórica relacionada ao surgimento das cidades pré-capitalistas, portanto advindo das desigualdades sociais resultantes das relações sociais a partir das contradições do capital/trabalho. Silva (2009) considera em sua análise que esse fenômeno social é multideterminado, no entanto, suas causas estruturais estão vinculadas aos processos relativos à acumulação do capital.

Como resultado desse sistema de produção, a população em situação de rua, desprovida da vida produtiva, também se apresenta sob outros determinantes. Assim, a pergunta central que orientou este estudo partiu da premissa em identificar os motivos pelos quais essas pessoas passaram a ocupar e viver nos espaços das ruas. Não se pretende, com isso, diluir a compreensão de que esse fenômeno é resultante de uma sociabilidade contraditória e excludente, mas a compreensão de que, por ser um fenômeno

---

<sup>2</sup>Os nomes utilizados para a identificação dessas pessoas correspondem aos sete dos oito sobreviventes de uma chacina ocorrida em 2004 em São Paulo nos dias 19 e 22 de agosto. Esse massacre ficou conhecido como chacina da Praça da Sé.

multideterminado, existem outros fatores que conduzem a situação de rua, portanto, não constituído de uma única causa.

Nessa direção, Rosa (2005) traz reflexões importantes, quando afirma que não se pode responsabilizar apenas os processos de natureza econômica pela permanência de pessoas nas ruas e conclui que “há um conjunto variado de questões que se associam, notadamente as ligadas à fragilização e/ou quebra de vínculos afetivos familiares” (ROSA, 2005, p. 192). Essa situação ocorre por diversos fatores, dentre os quais perdas por morte ou abandono, rupturas por conflitos ou brigas, consumo de álcool e/ou drogas. Os depoimentos dos sujeitos que vivenciam essa realidade no município são reveladores das circunstâncias que motivaram essa situação

É porque a minha família não quer saber de mim, tá entendendo? A minha família me desprezou, tá entendendo? Devido a droga, devido a alguns problemas que aconteceu, roubando dentro de casa pra usar drogas, usar álcool, aí a minha família não quer mais saber de mim, tá entendendo? (Messias, 28 anos).

Um aspecto que chama a atenção na fala acima é o fato de que o processo de ida às ruas foi resultado do consumo de drogas e/ou álcool. Esse dado é revelador das vulnerabilidades a que essas pessoas estão sujeitas, uma vez que o consumo de drogas e/ou álcool foi o propulsor das desavenças familiares, implicando na fragilização dos vínculos familiares.

Outra fala aduz essa condição ao afirmar que

Por conta da bebida, tinha os problemas, tinha irmão meu que também tinha o vício com bebida [...], aí só que nós tinha um desentendimento, já houve até violência entre eu e ele, quando, quando, ele tava comigo, [...], aí ele fazia, usava droga, chamava outros companheiros pra usar droga dentro de casa. O meu vício da droga era a bebida, mas a droga que ele usava era, usava e vendia, era a maconha, quando eu via aquele pessoal usando a maconha dentro de casa aí eu não ficava satisfeito. Aí pronto, houve uma desavença entre a gente, ele ia me matando [...]. Aí ele dava trabalho dentro de casa demais. É porque ele fazendo raiva dentro de casa, tirando o sossego. (Daniel, 44 anos).

Aqui se percebe a dimensão da relação droga lícita e ilícita na evidência dos conflitos familiares e no conseqüentemente rompimento de laços que determinaram a vivência na rua como fuga do ambiente de conflito que se tornou a casa/o lar.

Diante da complexidade da vida nas ruas, a população em situação de rua compreende um conjunto de condições que o caracterizam como um fenômeno complexo, dentre essas condições, a inexistência de moradia e a utilização da rua como espaço de moradia e sustento associado às demais condições já mencionadas, levam essas pessoas a ocuparem os mais diversos espaços das ruas que compõem o tecido urbano, resultando em

uma “situação-limite do que é considerado socialmente uma ordem legítima de vida (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1992, p. 97).

A vivência nas ruas adquire novas formas de sobrevivência não legitimada pela sociedade, sendo, portanto, reveladora da diversidade de estratégias adotadas pela população em situação de rua, como podemos aludir na seguinte fala

Se aparecer um servicinho de servente, eu vou, descarrego um caminhão, pastoro uns carro no estacionamento. No máximo eu ganho é 50/60 reais, varia muito, né?. Compro uns pão, uns negócio, um refrigerante e como. Pronto, na manhã eu vou num restaurante, compro um cafezinho com pão na padaria, que nem aqui no Cidade (supermercado), tem uma padaria (Vanderlei, 30 anos).

Pelo exposto acima, percebe-se que a rua proporciona o acesso ao consumo básico de alimentação proporcionado pelo trabalho informal e precário, caracterizado como pequenos serviços prestados.

A vivência nas ruas revela, na dinâmica do cotidiano, as diversas possibilidades que permitem a sobrevivência, seja na busca pelo alimento ou no acesso a recursos utilizados para a higiene, conforme podemos identificar na seguinte afirmação

E muitas vezes doutora é o seguinte: a gente não tem o que comer, a gente vai pedir numa casa e tem gente que dá, tem gente que manda [pausa] uma vez eu fui pedir numa casa, o cabra foi mandou eu roubar, tá entendendo, doutora? Eu tomo banho aí, eu num vou mentir não. Eu tomo banho lá na praça ali, tá entendendo? Lá tem um coisa assim de água, eu tomo banho lá, lavo minha roupa lá, só que agora eu tô sem roupa porque roubaram minha roupa tudinha, eu tô só com o lençol na bolsa. (Messias, 28 anos).

Percebe-se pelo depoimento acima que a vida na rua e a falta de serviços a serem prestados são supridos através da mendicância, que é marcada por preconceitos evidenciados na noção de que quem está em situação de rua e é forçada a mendicância deve buscar como alternativa a prática de atos ilícitos, pois incomodam e seu destino é o “roubar”.

Entretanto, embora a população em situação de rua apresente variadas formas de resistência e sobrevivência, nos espaços das ruas também se vivencia muitas dificuldades, como podemos identificar neste depoimento

Não é bom, é muito horrível a pessoa sem um teto pra morar. Já dormi nas calçadas, já dormi dentro dos matos [pausa] é horrível, você passa muitos processos na rua, às vezes você tá deitado, que nem eu já vi, na calçada, um rapaz sentado, sentado não, deitado, e outro passa assim e danar o pé assim na cara dele sem motivo nenhum e ir embora e ficar chorando lá, mas ninguém podia dar jeito (José, 49 anos).

O presente depoimento corrobora o anterior adicionando a violência física vivenciada de forma covarde sem mínimas condições de reação pessoal ou de proteção da

sociedade/Estado. Nessa fala, percebe-se também que a inexistência de moradia regular - uma condição que compõe a existência desse fenômeno - é um fator que leva a uma condição extrema dada pelo não acesso a um direito humano: a moradia e consequentemente uma referência domiciliar, levando-o a ocupar uma situação-limite da existência humana. Corrobora com esse processo a violência urbana, problema que tem amedrontado toda a sociedade, tendo uma dimensão maior nos segmentos mais vulneráveis, dentre os quais, as pessoas que vivem e sobrevivem nas/das ruas. A fala que segue materializa tal afirmação

[...] na rua o cabra tá arriscando a vida, tá arriscando muita coisa, tá arriscando levar uma surra, se o vagabundo vier atrás de roubar a pessoa, se não tiver nada, tá sujeito ou a pessoa apanhar ou senão ele mesmo meter bala ou matar de qualquer maneira. Eles querem, quando tem uma coisa pra dar, eles às vezes ainda fazem o mal e quando não tem, se não tem nada então, vai pagar com a vida ou senão vai levar uma surra, né? (Daniel, 44 anos).

Os riscos iminentes de violência física além da simbólica são constantes para essas pessoas, o que leva a entender o constante sobressalto de viver na rua, como podemos identificar no seguinte depoimento

Já faz muito tempo que eu tô nas rua, mas eu te digo que é um bocado ruim, viu? É difícil porque você olhe só: estou aqui sem meus chinelos, pois roubaram de onde eu tava dormindo, a gente fica muito à toa, né? Se arriscando (Regildo, 36 anos).

Quando se aborda a questão da violência direcionada a esse segmento social, devemos relacioná-la ao próprio contexto histórico, uma vez que o tratamento direcionado à população em situação de rua se pautou no combate à vadiagem e à mendicância, havia e ainda se faz presente um processo de criminalização da pobreza. A utilização de práticas violentas foi implementada não somente pelas “pessoas de bem” de nossa sociedade, mas também respaldadas pelo Estado e que ainda se faz presente nos dias atuais.

É prática antiga da sociedade a associação da população em situação de rua às mais diversas denominações para caracterizá-las, como favelados, mendigos, vagabundos, dentre outras, caracterizando a existência do preconceito e as discriminações direcionadas a esses sujeitos, assim descrito nas falas que seguem

Já homi, eu num tô dizendo a você que eu já passei pelo um mal bocado? É desse jeito [pausa] nam, eu cheguei a passar num canto uma vez, a pessoa no lugar de sair da frente, fez foi correr [risos] pensando que eu ia fazer alguma coisa. Eu disse: vixe maria, e ainda diz que o doído sou eu! (Elias, 50 anos).

Já passei por muitas situações viu? Vou contar uma de quando uma vez, teve uma vez que eu tava ali no centro, tava passando numa rua, aí vinha uma mulher, quando ela me viu ela saiu correndo segurando a bolsa, eu não sou desse tipo que faz isso. [...] (Regildo, 36 anos).

Percebe-se a expressão do preconceito e associação das pessoas que vivem em situação de rua a marginalidade e risco a ser causado à população em geral. Complementando essa visão, tem-se a da invisibilidade social demonstrada na fala que se segue

Viver na rua é como uma pessoa que não existe, tá entendendo? Que a sociedade não tem respeito. Pronto, eu passo num canto a pessoa fica assustada, aí já vai pro outro lado, fica correndo com medo, tá entendendo, doutora? Parecido que o cabra é algum vagabundo, assim, alguma coisa ruim, que quer roubar, eu nunca fiz isso na minha vida. Tem medo, tem gente que fecha a porta na cara com medo pensando que é um assalto, porque hoje em dia os assalto tão constante, aí né? (Messias, 28 anos).

A fala acima é representativa de que o preconceito ainda se faz presente no imaginário social da maioria das pessoas na sociedade em relação às pessoas em situação de rua. Na dinâmica das ruas, as representações sociais atribuídas reforçam processos de preconceitos e discriminações, como a associação da condição de rua a vagabundo, marginais, contribuindo para uma representação negativa, sendo bastante comum o fato de serem vistos e tratados como bandidos.

Podemos inferir, ainda, sobre o depoimento exposto, de que não existe, pela sociedade, o reconhecimento dessas pessoas como sujeitos detentores de direitos, ao relatar sobre o processo de invisibilidade social explícita quando ele afirma que, pelo fato de estar nas ruas, é como se não existisse para sociedade, ou seja, “as pessoas olham, mas enxergam como se fizesse parte da paisagem” (TAVEIRA; ALMEIDA, 2002).

Bursztyn (2003) ilustra bem o processo de invisibilidade social desses sujeitos, afirmando que, ao se tornarem “desnecessários” ao circuito econômico, essas populações passam a representar riscos e custos, uma vez que para essas populações são direcionados recursos públicos por meio das políticas sociais. Ainda nessas reflexões, para o autor, a desigualdade gerada pode levar a uma dessemelhança, onde são rompidos os “laços de solidariedade e pertencimento a uma mesma espécie, que permitem a identidade entre os seres humanos” (BURSZTYN, 2003, p. 28).

A população em situação de rua, como vimos, tem uma trajetória marcada por processos de exclusão social, negação de direitos e vive em um contexto que não possibilita muitas alternativas de mudança dessa realidade. Nesse sentido, entendemos que uma das formas de mudar essa realidade seria o acesso a políticas públicas, em especial as sociais, como ações governamentais. Visando a identificação sobre esse tipo de acesso, constatou-se que todos os entrevistados afirmaram não receber qualquer tipo de benefício, dentre os quais destacam-se

Eu recebo não, recebo nenhum benefício não. Tomo remédio controlado mas recebo nenhum benefício não. (Messias, 28 anos).

Não, nada nada disso aí não. Isso aí eu não tive essa sorte não. (Vanderlei, 30 anos). Não recebo não. Nadinha [...] (Daniel, 44 anos).

Eu num recebo essas coisa não. (Regildo, 36 anos).

Sem dúvida, essas afirmações apontam questionamentos relevantes, como o não reconhecimento e afirmação de direitos, associando-os a uma benesse. Portanto, há uma falta de compreensão de que toda pessoa em situação de rua também é um cidadão e que, por isso, tem os seus direitos e deveres assegurados pela CF/88. Ainda se registra sobre a falta de informações e o desconhecimento dessas pessoas acerca do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), que é conceituado como “instrumento de coleta de dados governamental responsável pela identificação e caracterização das famílias/indivíduos de baixa renda no país” (BRASIL, 2011).

Dentre as dificuldades identificadas para o acesso aos programas, serviços, projetos e benefícios das políticas sociais, a Política Nacional para a População em situação de Rua (2009) reconheceu que as discriminações vivenciadas por parte dessa população é um entrave para o acesso a serviços públicos, como, por exemplo, transporte coletivo e serviços de saúde, podendo essa situação ocorrer devido aos estigmas construídos e reproduzidos em relação às pessoas em situação de rua (BRASIL, 2011). Sobre essa questão, o depoimento a seguir é ilustrativo dessa realidade

Rapaz, nós somos desrespeitados, o morador de rua ele é muito desrespeitado, tá entendendo? Essa semana eu fui lá na UPA e não me deram atendimento, tá entendendo? Foi uma luta pra me dar atendimento, só me deram atendimento porque um rapaz lá falou por mim, tá entendendo? Ele é evangélico, ele falou por mim: rapaz, o rapaz tá precisando de atendimento, atenda o rapaz, ele também é ser humano. (Vanderlei, 30 anos).

Aqui, mais uma vez, tem-se a expressão da negação da condição de cidadão, demonstrando o muito que se tem a fazer para garantir políticas públicas para a população que vive na rua.

Mais uma questão pertinente é identificada a seguir, quando outro sujeito ressalta

Fui atendido normalmente, né porque, como todo cidadão, tenho a documentação todinha, tenho tudo, tinha nem como eles dizê que não, né? Porque tem deles que anda sujo, mano, tá entendendo? Rasgado, malamanhado, aí a pessoa já vê ali que, aí já você tá entendendo? você já não vai dá atenção pra aquela pessoa porque ela tá naquele estado, porque pra hoje em dia, você só vale o que você tem (Elias, 50 anos).

O conteúdo dessa fala é elucidativo em relação a alguns aspectos: primeiro, esse usuário/entrevistado considera a noção de cidadão e conseqüentemente acesso ao usufruto

de direitos ligado a uma exigência formal, ou seja, está associado à posse e apresentação de documentos de identificação pessoal. Segundo ponto: a interiorização de imagens estigmatizantes em relação aos seus semelhantes, atribuindo-lhes termos que reforçam a prática de culpabilização desses sujeitos pelas condições em que se encontram nas ruas.

Desse modo, Vieira; Bezerra e Rosa (1992, p. 101) expressam essa situação ao constatarem que esses sujeitos “evitam identificar-se com seus iguais quando estes revelam a face do estigma, preservando para si a identificação com os valores constituídos”.

As análises de Silva (2009) são contundentes quando identifica outros entraves para o acesso às políticas sociais públicas, como a “inadequação de programas sociais ofertados tanto pelo governo federal quanto pelos governos municipais, sobre a falta de articulação entre as políticas sociais, aos limites de cobertura, à discriminação e não reconhecimento das pessoas em situação de rua como sujeitos de direitos (SILVA, 2009, p.177).

A análise dessa realidade, considerando que envolve um conjunto complexo de elementos, pressupõe, para o seu enfrentamento, muitos desafios, remete a articulação das demais políticas públicas, como a de “saúde, educação, cultura, esporte, emprego, habitação, dentre outras, e centrada nas diferentes dimensões que compõe os sujeitos, sejam elas culturais, sociais, econômicas, para que as ações não sejam fragmentadas e se mantenha o acesso e a qualidade dos serviços e assim, sejam capazes de contribuir para uma maior visibilidade desses sujeitos na sociedade e possibilidades de saídas do contexto das ruas.

### **3. CONCLUSÃO**

O caminho percorrido para a concretização deste estudo buscou, junto aos sujeitos que vivenciam essa realidade social no município, conhecer os motivos pelos quais implicaram a ida às ruas, suas características, as estratégias de sobrevivência e dificuldades que envolvem o cotidiano de quem utiliza os espaços das ruas para moradia ou sobrevivência. Ainda se buscou identificar qual a relação das pessoas que vivem no contexto das ruas com as políticas sociais.

Compreende-se que essa população, historicamente situada às margens da sociedade, sendo frequentemente responsabilizada pela sua condição, encontrando-se desprovido de casa, de trabalho regular, e muitas vezes de sua família, faz das ruas seu modo de vida.

A partir das análises das vozes dos sujeitos entrevistados, pode-se aludir que os determinantes para uma vivência nas ruas no município de Mossoró/RN estão associados a fragilização dos vínculos familiares, ocasionados pelo consumo de substâncias lícitas e

ilícitas como o álcool e outras drogas e, em alguns casos, existe o consumo associado entre essas substâncias.

Verificou-se, ainda que, nos espaços das ruas, as representações sociais atribuídas reforçam os preconceitos e as discriminações sofridas por esse segmento populacional, fazendo com que seja alvo de atitudes que reforçam o processo de invisibilidade e naturalização do fenômeno na sociedade. Nesse contexto, no qual são constatadas as inúmeras vivências de discriminação por parte dessa população em âmbito nacional, constatamos que, em uma realidade local, essas situações persistem e contribuem para a dificuldade de acesso a serviços públicos, como a saúde, por exemplo.

Diante desse cenário, ainda visualiza-se a pouca cobertura governamental associada ao não reconhecimento, reivindicação e usufruto de direitos à população em situação de rua, que se concretizaria por meio do acesso às políticas sociais, particularmente no que se refere a trabalho, moradia, educação, saúde, que contribuiriam, dessa forma, para proporcionar possibilidades de saída das ruas.

No entanto, verificou-se que o acesso às políticas públicas municipais é concentrado prioritariamente no campo da política de saúde, sendo esta materializada através da busca pelo atendimento aos serviços de urgência das Unidades de Pronto Atendimento - UPAs e unidades básicas de saúde.

Defende-se, por fim, que o fenômeno população em situação de rua tem sua origem vinculada à sociedade capitalista, no entanto, também possui múltiplas determinações vinculadas à trajetória de vida de cada pessoa. Essas questões nos levaram a refletir acerca da importância de obter maiores informações e ampliação de conhecimentos acerca deste grupo populacional. Inferimos que, embora a assistência social seja uma política social também destinada a esse segmento populacional, apontamos que, para o enfrentamento do fenômeno, as políticas sociais devem ser geridas na perspectiva de assegurar a proteção integral a esse segmento em sintonia com a garantia dos direitos sociais.

É o desafio que se impõe.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: DF, 2004.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação e Secretaria Nacional de Assistência Social. Rua:

Aprendendo a Contar: **Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. **SUAS e População em Situação de Rua**, Volume III. Brasília: DF, 2011.

BURSZTYN, Marcel (org.). **No meio da rua**: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao Léu**: Trajetórias de Exclusão Social. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

\_\_\_\_\_. Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **No meio da rua**: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado Capitalista**: as funções da previdência e assistência sociais. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GONÇALVES, Arlindo. **Corações ausentes**: um ensaio sobre a memória dos dez anos do massacre do Centro. Vinhedo, Editora Horizonte, 2014.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda. 1996.

ROSA, C. M. M. **Vidas de Rua**. Editora: Hucitec, 2005.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei (Orgs.). **População de rua**: quem é, como vive, como é vista. São Paulo: Hucitec, 1992.

TAVEIRA, José Carlos; ALMEIDA, Regina Stela Andreoli de. **O morador de rua de Campo Grande**: condições de vida. Campo Grande: UCDB, 2002.